



Alexandra Leitão

OPINIÃO

Cidades Inteligentes – um novo paradigma urbano

21 de Janeiro de 2015, 11:16

As cidades desempenham importante papel no desenvolvimento económico e social dos países. Cidades produtivas e eficientes funcionam como motores para o desenvolvimento económico dos países e geram os recursos necessários para a realização de investimentos que promovem a melhoria nas condições de vida das populações.

A intensa concentração das pessoas nas cidades coloca, inevitavelmente, infraestruturas, ambiente e tecido social sob pressão, resultando em significativa perda de qualidade de vida das suas populações. Questões como escassez e má gestão de recursos naturais, congestionamento nas vias urbanas, tratamento adequado de resíduos, desemprego, pobreza, exclusão social são restrições, entre outras, à qualidade de vida da população.

Essas mesmas cidades, entretanto, são os pólos onde se realizam as interações entre as pessoas, ocorrem as transações comerciais e se desenvolvem pesquisas e inovações.

Imperativos demográficos, económicos, sociais, ambientais pressionam a aposta em novos modelos de desenvolvimento urbano, assim como em formas inovadoras de gestão das infraestruturas e prestação de serviços públicos.

As cidades ocupam 0,5% da superfície terrestre e consomem 75% dos seus recursos (PWC, 2013). Desde finais de 2008, a população mundial urbana ultrapassou a rural, pela primeira vez na história da Humanidade (ONU, 2012). Estima-se que em 2050 a população global ultrapasse os nove mil milhões de pessoas e que, aproximadamente, 67% viverão em centros urbanos (ONU, 2012), o que representa enormes desafios para os governantes das cidades.

Neste contexto, temos vindo a assistir à emergência de diversos programas e projetos de Cidades Inteligentes (*Smart Cities*) em todo o mundo tendo como génese a utilização de TICs, procurando responder aos principais problemas que atualmente enfrentam os espaços urbanos, desde a crise económica e as mudanças climáticas, até às desigualdades e exclusão social.

A visão de inteligência das cidades emerge da convergência entre a sociedade do conhecimento – onde a informação e a criatividade são ativos valiosos ao dispor do capital humano para o desenvolvimento da inovação – e a cidade digital – que faz uso extensivo de sistemas de telecomunicações e recursos da internet – como forma para transformar significativamente as formas de relacionamento e de vida dentro de uma região.

Os pilares de uma smart city materializam-se em soluções urbanas inteligentes, mais ou menos integradas, em áreas diversas como a energia, mobilidade, gestão de água e resíduos, saúde, segurança e governação (INETI, 2013). Um estudo da Pike Research (2013), confirmado pela International Data Corporation – *Analyze the future* (2013) demonstra que mais de 90% dos projetos de cidades

inteligentes no mundo se relacionam com energia, transportes e governação sendo 50% centrados nos transportes e mobilidade nas cidades.

Neste sentido, as políticas europeias têm vindo a dar prioridade a projetos inteligentes, sustentáveis e inclusivos, que contribuam para a continuação dos objetivos da Estratégia Europa 2020, lançada em 2010.

Com a generosidade dos novos Quadros Comunitários, Portugal tem agora meios para construir um futuro mais sustentável. Há que combinar os fundos de coesão (FEDER e FSE) com o HORIZON e COSME, de forma a responder às necessidades nacionais para a afirmação de cidades inteligentes (Smart Cities Stakeholder Platform's Finance Group, 2013), e sobretudo, é necessária uma liderança forte do poder local e o trabalho em rede.

Docente da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, no Porto. A autora escreve segundo o Acordo Ortográfico.

Docente da Católica Porto Business School